

## ATENIENSES E FLUMINENSES: A INVENÇÃO DO CÂNONE NACIONAL

Ricardo André Ferreira MARTINS<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta comunicação visa informar sobre o andamento do projeto de tese *Atenienses e fluminenses: a invenção do cânone nacional*. Pretende-se, com este projeto, analisar a formação do campo literário brasileiro durante o século XIX e sua vinculação política ao projeto de literatura nacional, considerando a literatura como a manifestação de um verdadeiro *discurso da nacionalidade* entre os primeiros escritores românticos oitocentistas (maranhenses e fluminenses), igualmente no sentido de chegarmos a identificar a própria *invenção do cânone literário brasileiro*. Pretende-se ainda suscitar uma discussão em torno do que os campos literários maranhense e fluminense pensavam do processo de emancipação do país e qual era o seu projeto de cânone e nacionalidade.

**RÉSUMÉ:** Cette communication a pour but renseigner sur la marche du projet de la thèse '*Atenienses et fluminenses: l'invention du canon national*'. On a pour but, avec ce projet, analyser la formation du champ littéraire brésilien au cours du XIX<sup>ème</sup> siècle et son rapport politique avec le projet de littérature nationale. On y considère la littérature comme la manifestation d'un véritable *discours de la nationalité* parmi les premiers écrivains romantiques brésiliens du XIX<sup>ème</sup> siècle (maranhenses et fluminenses), surtout dans le sens d'arriver à identifier la propre *invention du canon littéraire brésilien*.

Este é um trabalho sobre a fundação, a genealogia e a “invenção” do cânone literário brasileiro durante o século XIX, abrangendo cronologicamente o intervalo que vai do período joanino (1808-1821) à publicação da *História da literatura brasileira* por Sílvio Romero, ou seja: o momento histórico decisivo para a formação da identidade cultural do país, cuja primeira definição coube, em grande parte, aos homens de letras que, sob forte patrocínio oficial e apoio institucional, demarcaram o que era ser brasileiro e o que era cultura e literatura nacionais no Brasil oitocentista. Neste sentido, é um projeto que se preocupa em estudar como os homens de letras brasileiros, através de suas instituições, criaram o discurso para legitimar a fundação e o desenvolvimento de uma literatura nacional e seu respectivo cânone, bem como os seus mitos explicativos e a historiografia dela decorrente.

No entanto, convém explicar, antes de tudo, o sentido com que determinadas palavras e pressupostos são tomados ao longo do projeto. De partida, é necessário definir como são operacionalizados os conceitos que estão contidos no título e ao longo deste trabalho. Começamos, pois, pelo que se define por “atenienses” e quais as finalidades que se pretende atingir com a utilização deste termo.

Entende-se por “atenienses” um grupo de intelectuais surgidos durante o século XIX, mais especificamente em São Luís do Maranhão, decorrente do epíteto de “Atenas Brasileira” que a cidade recebeu em função da movimentada vida cultural e do número expressivo de intelectuais e literatos ali nascidos ou residentes – depois em parte

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teoria e História Literária do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Foot Hardman, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

migrados para a Corte no Rio de Janeiro –, com um papel muito importante na configuração da vida política e literária do país que tinha acabado de emancipar-se da antiga metrópole portuguesa. Os “atenienses” são, portanto, os vários grupos de intelectuais e homens de letras surgidos em torno da *cidade letrada* (RAMA, 1985, 82) <sup>2</sup> de colonização portuguesa, como São Luís, a qual teria sido um dos poucos centros de intensa atividade intelectual do primeiro e segundo período imperial brasileiro. Não somente São Luís, entretanto, mereceu ao longo do século XIX o cognome de “Atenas Brasileira”; várias outras “Atenas” surgiram em outras províncias e capitais do país – Fortaleza, Olinda, Recife, Salvador, Rio de Janeiro –, sempre que nelas um grupo de intelectuais e literatos, em torno de determinadas instituições e sob circunstâncias específicas, desenvolvia um volume apreciável de atividades culturais e literárias, como publicações, polêmicas e eventos que engrossavam as fileiras do nascente mundo literário e cultural do oitocentos brasileiro.

Um modo muito produtivo de compreender o mito da “Atenas Brasileira” é analisar *a construção alegórica ou simbólica do passado* de São Luís do Maranhão como *cidade letrada*. O que está em jogo é a origem de um mito, uma espécie de “rito de inicialização ou instituição criadora das tradições da identidade maranhense” (BORRALHO, 2000, 40), na qual historiografia da província cumpre o papel de resgatar o passado glorioso com o objetivo de construir uma alusão diferenciada a uma porção da nação brasileira.

Com efeito, a genealogia da construção simbólica de São Luís como “Atenas Brasileira” é um mito legitimador do Maranhão oitocentista e de um projeto de literatura nacional – até de nacionalidade – em determinados aspectos divergente daquele praticado entre os literatos residentes na Corte do Rio de Janeiro, sobretudo os aqui denominados “fluminenses”. Um destes aspectos seria uma defesa menos enfática do abasileiramento da expressão em língua portuguesa e, por conseguinte, uma característica mais classicizante na prática das letras, o que se nota, sobretudo, através de um maior apego às obras e autores clássicos portugueses, traços observáveis nas traduções de clássicos greco-latinos eivadas de neologismos de Odorico Mendes, na prosa jornalística de João Francisco Lisboa, no memorialismo de Antônio Henriques Leal, na crítica literária e na historiografia de Sotero dos Reis e até mesmo nos versos de um consumado poeta “brasileiro” como Gonçalves Dias, sem falar do singular e estranho poeta Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade.

O grupo denominado de “Grupo Maranhense” na *História da literatura brasileira* de José Veríssimo, atuou entre os anos de 1832 e 1868, composto por escritores de repercussão nacional e internacional, pois constituíam com os intelectuais residentes na corte os primeiros grandes autores de um cânone em formação. Os seus integrantes, segundo Veríssimo, são: Manuel *Odorico Mendes*, Francisco *Sotero dos Reis*, João

---

<sup>2</sup> A cidade letrada é um conceito que procura explicar a participação de intelectuais e letrados na construção e consolidação da sociedade latino-americana desde a conquista ibérica até o início do século XX, com a finalidade de relacioná-los ao campo do poder. A tese central de Rama é que um pequeno grupo de letrados desempenhou um papel fundamental na fundação e organização das cidades americanas, sem citar o caso brasileiro. Desde o primeiro capítulo, o crítico uruguaio – cujo livro é publicado postumamente – chama atenção para a singularidade das cidades da América, cujas características estão em oposição ao conceito de cidade orgânica e medieval da Europa, sendo uma delas a principal: a ordem. A oposição entre *ordem* no Novo Mundo e *desordem* no Velho Mundo encontra seu símbolo máximo, segundo Rama, na construção de Brasília, utopia brasileira da cidade perfeita, representação simbólica do poder e da “ordenação” anterior à edificação da cidade.

Francisco Lisboa, Trajano Galvão de Carvalho, Antônio Gonçalves Dias, Antônio Henriques Leal, Joaquim Gomes de Sousa, aos quais podem ser acrescentados os nomes de Joaquim de Sousa Andrade, o *Sousândrade*, e César Augusto Marques. Outros nomes, de menor repercussão, são citados ao lado destes: Lisboa Serra, Almeida Braga, Marques Rodrigues, Vieira da Silva, além de Cândido Mendes de Almeida, Pedro Nunes Leal, Belarmino de Matos, Gentil Homem d'Almeida Braga, Antônio Joaquim Franco de Sá, Francisco Dias Carneiro, Joaquim Serra, entre outros. O fim das atividades de produção literária deste primeiro grupo (MORAES, 1976, 85) se dá com a extinção do jornal *Semanário Maranhense* (IGNOTUS, 2001, 41)<sup>3</sup> em 1868.

A análise da trajetória social desta categoria de letrados constitui, portanto, para os historiadores da literatura produzida no Maranhão, um período<sup>4</sup> (MICELI, 2001, 15-21) de prodigalidade intelectual, o qual se tornou o paradigma de uma produção intelectual canônica até os nossos dias. Os intelectuais e literatos que trabalharam pela definição de uma identidade cultural e literária nacional tinham clara consciência da missão histórica atribuída à literatura. Mesmo o campo literário maranhense, durante o período mencionado, possuía manifestações significativas desta concepção de literatura enquanto missão patriótica, ainda que as características mais lusófonas deste campo minimizassem o raio de influência do nacionalismo que emanava da corte para o Maranhão.

Por outro lado, entenda-se por “fluminenses” o conjunto de intelectuais e literatos que atuaram na corte entre o período joanino e o fim do período imperial, os quais definiram, através da literatura, dos estudos historiográficos e geográficos, do jornalismo e das atividades científicas, a idéia de nação e de cultura e identidade nacional brasileiras, bem como participaram de modo ativo da “invenção” e fundação do cânone literário brasileiro. É o chamado “grupo fluminense” citado por Veríssimo, o que não quer dizer que este “grupo” seja formado exclusivamente por letrados nascidos no Rio de Janeiro. A corte era apenas o cenário e o pólo cultural para o qual convergiam intelectuais e homens de letras de todo país, em busca de projeção e reconhecimento na capital do império.

Os “fluminenses” constituíam, deste modo, uma constelação de intelectuais e letrados dos mais variados tipos e talentos, abrangendo desde os sermonistas que se destacaram no período joanino – como o cônego Januário da Cunha Barbosa, o padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, o franciscano São Carlos, o Frei de Jesus Sampaio e o Frei Francisco de Monte Alverne –, aos epígonos e versejadores como Francisco de Melo Franco, José de Araújo Viana, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Elói Otoni, Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), Luís Paulino Pinto da França, Paulo José de Melo Azevedo e Brito, Domingos Borges de Barros (visconde de Pedra Branca), João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Manuel Alves Branco (visconde de Caravelas), Joaquim José da Silva, Ladislau dos Santos Titara, Álvaro Teixeira de Macedo, Antônio

---

<sup>3</sup> Jornal fundado por Joaquim Serra em 1867, como uma revista literária. Os seus colaboradores foram Gentil Braga, como cronista, Celso de Magalhães, com poemas, Sotero dos Reis que, apesar de afastado da imprensa jornalística, escreveu para o *Semanário* um estudo crítico sobre a literatura bíblica; Antônio Henriques Leal e César Marques escreveram para o periódico artigos históricos; o ficcionista Sabas da Costa, um romance nacional, e Joaquim de Sousa Andrade publicou os primeiros fragmentos de seu poema épico “Guesa Errante”.

<sup>4</sup> Este período, situado entre o surgimento de uma primeira geração de grandes escritores românticos a partir de 1831, quando do aparecimento da atividade bem conhecida “Grupo Maranhense” e do “Grupo Fluminense”, até por volta de 1870, quando do surgimento de novos autores e produtores culturais.

Augusto de Queiroga, Francisco Muniz Barreto, Francisco Bernardino Ribeiro, Joaquim José Lisboa e muitos outros, até as gerações de poetas e prosadores românticos como Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães e mesmo Machado de Assis, autor de artigos sobre a literatura brasileira, concernentes a este período de fundação, emancipação e consolidação do cânone.

O conceito de cânone adotado, entretanto, é o de uma seleção de obras sob critérios de eleição e exclusão, os quais podem orientados pela questão da representatividade histórica e da fundação e formação de uma literatura, que compõem enfim a arqueologia do campo intelectual e dos letrados de um país, ou, no caso específico da literatura, seguir uma orientação de acordo com a representatividade estética dos textos. O cânone, portanto, é uma lista de textos, autores e obras, coadjuvada por uma elaborada narrativa historiográfica. O cânone, para assegurar a sua unidade e garantir a sua continuidade através da tradição literária, cria um vínculo social que permita a sua necessidade, de modo que sua existência prevaleça como discurso partilhado na tradição e na educação dos cidadãos que, ao reconhecer a instituição do cânone como representante de sua identidade cultural e nacional, passem a admiti-la como definição de “nacionalidade” ou de “consciência nacional” (BAPTISTA, 2005, 69).

Em outras palavras, o cânone estabelece entre os cidadãos um vínculo de sujeição a uma identidade nacional ou supranacional – se levarmos em consideração um cânone ocidental –, por meio do qual somos unidos a uma idéia de cultura partilhada, de identidade comum, a qual comungamos por meio da tradição corporificada pelo discurso, pelos textos que nos remetem sempre à condição de um sujeito portador de uma nacionalidade (BAPTISTA, 2005, 70).

A noção de “invenção”, aqui empregada, é um conceito amplo extraído da reunião de ensaios *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*, de Stephen Bann, traduzido e publicado no Brasil em 1994. Segundo Bann, a imaginação histórica é construída através dos textos, confrontando-a com a imaginação literária e a imaginação do próprio historiador enquanto profissional da disciplina historiográfica, as quais reputa como criadoras de procedimentos que substituem o escrúpulo da exatidão historiográfica das fontes documentais por imagens, em certos aspectos falseadas, da representação do passado. O que o historiador inglês deseja demonstrar é que a história é “socialmente construída” (BANN, 1994, 15) ou seja, é uma “invenção”, no sentido de que a história narrativa atrai consideráveis recursos estilísticos e reservas de força e imaginação criativa com o objetivo de criar um “idioma histórico” comum aos que lerão esta representação do passado como verídica (IDEM).

No sentido empregado por Bann, “invenção” é um termo aplicável aos procedimentos historiográficos de seleção e exclusão de dados, em que as lacunas historiográficas, na ausência de fontes documentais mais confiáveis, de acordo com os objetivos a ser alcançados pelos seus executores, às vezes são preenchidas por uma representação orientada do passado. A “tradição” é uma destas formas de representação. Somente uma historiografia autocrítica poderia desmistificá-la, atenta à plasticidade da imaginação histórica e à variedade de formas através das quais ela pode se manifestar de modo concreto.

No caso do Brasil do século XIX, a história da literatura e da formação do cânone constitui um caso diferenciado, um esforço singular e coletivo, através de nossa classe de

letrados e historiadores, no sentido de instituir e consolidar as primeiras manifestações literárias por meio de uma historiografia cujos esboços iniciais se devem a Magalhães, Norberto, Pereira da Silva, Januário da Cunha Barbosa, Emílio Adet, Varnhagen, Santiago Nunes Ribeiro, Antônio Henriques Leal, Sotero dos Reis, Fernandes Pinheiro, entre outros. A sucessão de antologias, parnasos, panteões, florilégios, galerias, bosquejos foi a primeira etapa desta constituição do *cânon* da literatura brasileira, acarretando a necessidade de se encontrar o quadro de nomes e obras que a nação possuía a fim de atingir a desejada autonomia cultural em relação à metrópole portuguesa.

A divisão desta fase de elaboração do cânone brasileiro, através de uma historiografia que pudesse legitimá-lo, atravessou algumas etapas bem distintas.

A primeira delas começou pela confecção de antologias e pela coleta de poemas, embora as antologias, durante o período referido, não eram uma seleção de obras conhecidas e consagradas, mas um repertório de textos inéditos ou raros, que de outro modo, não sendo publicados, teriam se perdido ou se tornado inacessíveis. Como a literatura brasileira e o seu cânone ainda não estavam constituídos, porquanto tudo que se escreveu até então incluía a literatura produzida no Brasil como uma manifestação colonial das letras portuguesas, esta etapa representou o esforço de críticos e antologiadorees no intuito de realizar uma seleção de textos e autores que garantisse a fundação de um cânone literário brasileiro. Pertencem a esta etapa coleções como o *Parnaso Brasileiro* (1829-1831) de Januário da Cunha Barbosa, o *Parnaso Brasileiro* de Pereira da Silva (1843-1848), o *Florilégio da Poesia Brasileira* de Varnhagen (1850-1853), entre outros.

O caráter destas antologias e coleções, em geral, era mais quantitativo que qualitativo, sendo que alguns autores, como Varnhagen, selecionam os textos em função de uma maior presença ou não da *cor americana*, de descrições mais ricas e detalhadas da natureza tropical brasileira, privilegiando os textos que possuíam tais características em detrimento de outros que não as possuíam, ainda que melhor escritos.

A segunda etapa, após a iniciativa de elaboração de um *corpus* da literatura através da publicação dos textos, foi elaborar uma história literária. Para este passo, foram muito importantes as biografias, uma vez que a crítica do período, cada vez mais afinada com a estética romântica, exigia o conhecimento dos autores dos textos, já que se supunha a existência de elementos explicativos da obra através da vida dos biografados. Contudo, como muitos se dedicaram a fazer levantamentos biográficos, e a emancipação política do país ainda era muito recente, havia pressa na elaboração destas biografias e ensaios historiográficos, em que o primor pela exatidão e fidelidade às fontes em muitos casos eram trocados pelas inferências e conclusões sem qualquer embasamento documental, além dos casos em que a imaginação era o principal método de composição biográfica dos filhos ilustres da nação. Conforme Antonio Candido,

A partir de informações esparsas, da tradição oral, de livros como os de Pizarro e Baltasar Lisboa, levantaram rapidamente a vida dos grandes homens. Era preciso fornecê-los à pátria como exemplo, pois todo esse movimento biográfico é animado de um espírito plutarquiano que conduzia ao embelezamento do herói. (CANDIDO, 1997, 312-313)

O empenho romântico em realçar as características do escritor e dos indivíduos, seus atributos, talentos e realizações, faz com que toda uma representação do passado

seja, com efeito, “inventada” e divulgada como verídica, assim como uma parte notável do esforço de constituir o cânone, senão uma parte do próprio cânone em consolidação. Como muitos dos biografados eram homens de talento mediano e sem grande relevo, e a técnica da “galeria” de homens ilustres empregada em obras como o *Plutarco Brasileiro* (1847), de Pereira da Silva, exigia o engrandecimento do biografado, aumentando a grandeza dos seus feitos e talentos, o resultado era, com todo efeito, uma completa “invenção”:

O intuito principal do autor era despertar admiração pelos varões e traçar existências movimentadas; daí meter-se na pele deles e trabalhar os poucos dados seguros por meio da imaginação, mais ou menos como se faz nas biografias romaneadas. (CANDIDO, 1977, 313)<sup>5</sup>

Estes perfis ajudaram, no entanto, a divulgar os nossos homens de letras, como é o caso dos quatro volumes originais do *Panteon Maranhense*, de Antônio Henriques Leal (1873-1875), apontando por Candido como um dos poucos casos em que os estudos são minuciosos, apoiados em documentos importantes para a história literária e, sobretudo, em função do conhecimento direto que o autor tinha dos biografados, como Odorico Mendes, Trajano Galvão, Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias.

Portanto, o termo “invenção”, ao modo de Bann, é adotado como uma questão de tom e postura diante da representação do passado. O que está em jogo é a suspeita de que a imaginação humana atua de maneira viva, em momentos pontuais da história e da elaboração da narrativa historiográfica – sobretudo, nesta última – no sentido da construção e da “invenção” de tradições respeitáveis, como o exemplo da biografia de homens ilustres da nação, assim como da “invenção” de um cânone literário nacional, em que a representação do passado também é fundamental.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BANN, S. (1994) *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP.
- BAPTISTA, A. B. (2006) *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas.
- BORRALHO, J. H. de P. (2000) Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Assis: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho.”
- CANDIDO, A. (1997) *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada.
- IGNOTUS (Joaquim Serra). (2001). *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)*, 3ª. ed. (1ª. ed. em 1883, no Rio de Janeiro). São Paulo: Siciliano.
- MICELI, S. (2001). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MORAES, J. (1976). *Apontamentos de literatura maranhense*. São Luís: SIOGE.
- RAMA, A. (1985) *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense.

---

<sup>5</sup> Candido também enfatiza o fato de que a idéia de livros de perfis biográficos como o de Pereira da Silva, assim como o de Antônio Henriques Leal, tenha sido inspirada do conjunto de biografias *Plutarque Français* (1835-1841), em 8 volumes, de Edouard Mennechet, um escritor muito apreciado e citado no Brasil daquele tempo.